

JÚLIO RIBEIRO E OS ESPAÇOS DE CONSAGRAÇÕES LITERÁRIAS NO BRASIL (1870-1890): JORNAIS, EDITORAS, CRÍTICA LITERÁRIA E PÚBLICO LEITOR

CÉLIA REGINA DA SILVEIRA*

O presente trabalho propõe, de certo modo, a continuidade da minha pesquisa de doutorado, que teve como objeto de estudo o escritor Júlio Ribeiro e que resultou na tese defendida no programa de Pós-Graduação em História da Unesp, campus de Assis, em 2006. Esse trabalho foi publicado em livro pela editora UNESP, em dezembro de 2008, sob o título *Erudição e Ciência: as procelas de Júlio Ribeiro (1845-1890)*. A obra expõe uma análise conjugada da experiência social de Ribeiro no âmbito das letras paulistas, entre 1870 e 1890, privilegiando as intervenções do escritor na imprensa, as quais contêm importantes marcas de sua trajetória. O mencionado trabalho permitiu alcançar uma visão menos restrita da atuação do autor e obter subsídios para reconstituir suas relações sociais no universo letrado.

No entanto, ao estudar os impasses presentes na trajetória de Júlio Ribeiro, surgiram algumas questões que, àquela altura, não puderam ser desenvolvidas no tratamento das fontes literárias – embora em alguns momentos da análise tenham sido evocadas, não constituíram as fontes principais. Duas interrogações sintetizavam o problema: como compreender que a produção da chamada geração de 1870 brasileira, da cuja experiência de contestação Ribeiro comungou, não se restringia aos textos que evocavam diretamente as críticas ao *status quo* imperial? Esta contestação não seria somente resultante da crise do regime imperial, mas partícipe de um movimento de intervenção na desmobilização do cânon imperial, que se operava também em outros lugares da Europa ocidental? Para responder a essas questões e/ou reformulá-las, a pesquisa enfocará a produção literária de Júlio Ribeiro – *Padre Belchior de Pontes* (1876) e *A Carne* (1888) – inserida num conjunto mais amplo do universo de produção literária da segunda metade do século XIX.

* Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pós-doutoranda do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Além dessa razão, a escolha da obra literária de Ribeiro como objeto de estudo, justifica-se, sobretudo, pela pouca atenção que lhe foi dada pelos historiadores e críticos literários, não obstante o escritor ter sido uma das figuras emblemáticas da elite intelectual abolicionista e republicana de São Paulo. Afora os textos biográficos (IRMÃO, s.d; DORNAS FILHO, 1945) – que, com um tom apologético, traçam o percurso de Ribeiro e cobrem os fatos de sua vida que vão do nascimento à morte –, encontram-se referências esparsas e depreciativas nos textos da história literária, desde seus coetâneos até a crítica do século XX, como nas leituras de José Veríssimo, Álvaro Lins, Lúcia Miguel-Perreira, Wilson Martins e Alfredo Bosi.¹ Essas referências semelhantes a respeito do autor, que constroem uma imagem negativa e pejorativa, mostram que a crítica e a história literárias vieram repetindo e perpetuando o clichê de Júlio Ribeiro como autor de um romance “obsceno”. É importante destacar que nessas leituras está presente uma prática social que acabou por instituir uma identidade e uma marca classificatória para o autor, as quais operaram de forma a ter o poder de ditar qual o lugar de Júlio Ribeiro na literatura brasileira, ou melhor, ou lugar que não deveria ocupar – haja vista que, na maioria das vezes, foi visto como um “equivoco” literário. Na verdade, essas leituras não são somente configurações textuais; nelas estão inscritas formas de concepção de idéias que funcionam como instâncias sociais, na medida em que erigem formas “corretas” de ler e instauram representações acerca do autor.²

A intenção desta proposta de pesquisa, porém, não é inserir Júlio Ribeiro no cânone da história literária, ou seja, “resgatá-lo” da proscricção no passado e consagrá-lo hoje. No entanto, a imagem perpetuada na memória histórica acerca desse autor está ainda muito ligada àquela construída pela historiografia literária, relativa quase que

¹ José Veríssimo viu em *A Carne* “o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” (O romance naturalista no Brasil. *Estudos Brasileiros*. 2 série, Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1894). A essa leitura somam-se outras configurações textuais, como a realizada por Álvaro Lins, para quem “a presença de Júlio Ribeiro na história do romance brasileiro é um equivoco”, na segunda série do *Jornal de Crítica* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1943). Para Lúcia Miguel-Pereira, o autor “malgrado seu poder descritivo só conseguiu compor um livro ridículo” (*História da literatura brasileira: de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p.131). Em Wilson Martins, Júlio Ribeiro aparece como “um energúmeno no significado exato da palavra” (*História da inteligência brasileira*, v. 4, São Paulo: Cultrix, 1978). Por fim, na breve opinião de Alfredo Bosi, o romance *A Carne* consistiu em “Mero apêndice do naturalismo” (*História concisa da literatura brasileira*. 33 ed. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 194).

² Cabe aqui citar Chartier a respeito de textos que se tornaram referências de leituras corretas, os quais “apontam ao leitor qual o pré-saber onde inscrevê-lo”, funcionando, assim, como “protocolo de leitura, indício identificador” do significado de um autor e uma obra. (CHARTIER, 1990: 132-133).

exclusivamente ao romance *A Carne*. Além de obscurecer o seu romance anterior – *Padre Belchior de Pontes* –, essa leitura não permite mostrar o(s) significado(s) dos escritos literários do autor no conjunto de suas práticas letradas nem do universo mais amplo no qual ele estava inserido. Por isso, considera-se fundamental, nesta pesquisa, levar em conta o espaço social de produção e recepção literárias dos romances ribeirianos no último quartel do século XIX: jornais, crítica, editoras e leitores. Acredita-se que esse caminho permitirá “desnaturalizar” as marcas pejorativas que acompanharam o nome do autor e, ao mesmo tempo, oferecerá subsídios para (re)compor o universo literário do período. Nas leituras positivas e reverentes por partes de alguns (biografias), negativas e injuriosas por partes de outros (crítica literária), é que se formou a identidade individual e social de Júlio Ribeiro. Na análise dos romances, é preciso, portanto, levar em conta os elementos que concorreram para a gestação da imagem do autor, especialmente aquela do “polemista”, associada à publicação de *A Carne*.³

*

O objeto deste estudo é a produção literária de Júlio Ribeiro (1845-1890). Seu nome é associado principalmente ao romance *A Carne*, publicado em 1888. A despeito desse vínculo mais proeminente e praticamente inalterável, ele é autor de *Padre Belchior de Pontes* (1876), romance histórico publicado em folhetins num jornal de Sorocaba e, depois, sob a forma de livro⁴. *A Carne* foi editada pela livraria Teixeira, de São Paulo, e causou celeuma no universo literário. Logo após vir a público o romance, em dezembro de 1888, uma série de artigos intitulados *A Carniça por Júlio Ribeiro*, de autoria do padre Senna Freitas, foi publicada no Jornal *O Diário Mercantil de São Paulo*. Júlio Ribeiro revidou-os com a seqüência de artigos denominados *O urubu* –

³ Trata-se daquilo a que Foucault denomina “jogo de representações que configuram uma certa imagem de autor”. (FOUCAULT, Michel, 2000: 41).

⁴ O romance foi publicado em forma de folhetim na *Gazeta Commercial*, de Sorocaba, onde o autor atuava, entre 18 de novembro de 1874 e 29 de outubro de 1875. No ano seguinte (1876), *Padre Belchior de Pontes* ocupou as páginas do rodapé de *A Gazeta de Campinas*, sendo editado em dois volumes pela tipografia desse jornal, a qual tinha por proprietário e editor Francisco Quirino dos Santos. O romance, além de ter sido dedicado à mãe, Maria Francisca Ribeiro, foi também dedicado a figuras ligadas ao referido jornal: Abílio Marques e Pedro Franzem, que, à época, ocupavam o cargo de gerente da *Gazeta de Campinas*.

Senna Freitas n'A Província de São Paulo.⁵ Não é de surpreender, portanto, que o nome do escritor seja associado principalmente ao romance *A Carne*. Não obstante, o escritor, além da literatura, dedicou-se à filologia, à retórica, à história, entre outras áreas. Prolífico no cenário das letras paulistas, exerceu as atividades de publicista, jornalista e professor de afamados colégios da Província de São Paulo.⁶

Nas práticas letradas que compuseram a trajetória do escritor, assim como de seus pares letrados, marcaram forte, mas não única presença a ciência e sociologia da época – especialmente o evolucionismo de Darwin e o positivismo de A. Comte, respectivamente. Embora no romance *Padre Belchior de Pontes* já estivessem presentes, na forma pela qual o autor perscrutava a natureza, os postulados científicos que seriam acentuados no romance seguinte e na concepção gerativa de sua *Grammatica Portuguesa* (1881), ainda “percorre o livro um perfume romântico” (PROENÇA, s.d.: 19)⁷, que lembra os romances de José de Alencar. A trama, de fundo histórico, passa-se na São Paulo colonial e inicia-se com o amor entre dois adolescentes: Belchior, português de sangue mestiço e plebeu de poucas posses, e Branca Castanho Taques, fidalga de “sangue puro”. Bem ao gosto romântico, o contraste de posições sociais já anuncia as dificuldades para a consumação daquele amor:

(...) rosto moreno, olhos negros e vivos, bastos cabelos anelados, tudo nele acusava essa fervida raça lusa, mistura de godo e árabe, cujas ardentes paixões mais ainda requintaram com a transplantação para a terra americana. (...) Alva, loura, empalidecida pela comoção, interrogando a espessura com lânguidos olhos azuis, em que, a par da desfaçatez da criança, havia já uns longes da melancolia de moça, entre assustada e risonha, semelhava ela uma aparição fantástica das brumas do norte, uma ‘walquiria da Escandinava’ perdida por entre as selvas do trópico (RIBEIRO, 1925: 10-11).

O mencionado amor interdito irá, em definitivo, ser impedido pelo ingresso de Belchior na Companhia de Jesus, a qual lhe incute a idéia de que ele era um

⁵ Esses textos foram publicados anexos a várias edições do romance, sendo intitulados *A Polêmica – Júlio Ribeiro e o Padre Senna Freitas*.

⁶ Uma das marcas do autor foi, portanto, o interesse em tratar de vários gêneros e assuntos, como um intelectual típico do século XIX, “ilustrado” e eclético. Contudo, tal feição do homem de letras não é aqui vista como manifestação de um amontoado de interesses e idéias num aspecto abstrato, mas relacionada às condições objetivas do universo letrado e aos assuntos que a conjuntura lhe sugere como temas a serem desenvolvidos, de maneira explícita ou implícita. A esse respeito, ver: (SILVEIRA, 2008).

⁷ Cf. PROENÇA, M. Cavalcanti. Introdução e notas a edição de *Padre Belchior de Pontes* da Ediouro: Rio de Janeiro, s.d.

predestinado à missão jesuítica. Isso com o fito de impedir seu casamento com Branca, pois, uma vez obrigado pelo celibato a renunciar aos desejos humanos, especialmente aos carnavais, deixaria caminho livre para Branca casar-se com um membro da família Rodrigues. Os jesuítas, na verdade, tinham interesse em unir as duas principais famílias paulistas – Taques e Rodrigues – a fim de evitar desavenças entre elas e de iniciar a revolta contra a Metrópole (a Guerra dos Emboabas). Com esse plano político, traça-se o destino de Belchior. Mais tarde, já ordenado padre, o rapaz descobre a manobra que o separou de Branca, denuncia a tramóia a Amador Bueno, assim referindo-se à Companhia de Jesus: “Onde se agitam questões de vida ou de morte para a humanidade, onde se embatem os interesses das gentes, onde tumultuam as paixões dos povos procura, procura bem, que oculto na sombra, sumido nas trevas deparar-te-á o vulto sinistro dos jesuítas.” (idem, p.145).

Essa presença silenciosa, no entanto onipresente, da Companhia de Jesus constitui-se na matriz do romance *Padre Belchior de Pontes*. Os diversos outros elementos que compõem a trama histórica do livro, como os conflitos entre paulistas e a metrópole na disputa pelo ouro descoberto em Minas Gerais, sem falar no próprio motivo desencadeador da narrativa – o romance irrealizável entre Belchior e Branca –, estão subjugados a este tema mais amplo que é o da crítica à Igreja católica, sintetizada na Companhia de Jesus.

Na década seguinte à publicação desse romance, o autor assumiu a defesa irrestrita do anticlericalismo e do cientificismo em *A Carne*, afastando-se abertamente do modelo romântico. Os protagonistas da trama, Lenita e Barbosa, são detentores de uma cultura quase enciclopédica, tratam de assuntos que vão da literatura clássica às ciências naturais e sociais da época – caracterização para a qual corrobora, algumas vezes, o narrador onisciente da trama. É importante anotar, de modo geral, para o propósito deste projeto, que Júlio Ribeiro e outros contestadores da época, além de terem-se apropriado do repertório científico estrangeiro como suporte para a discussão de temas que consideravam essenciais em sua oposição ao regime imperial, incorporaram-no como valor ético e científico das polêmicas. As idéias eram tomadas como instrumentos de aprimoramento da cultura e da luta pela “sobrevivência” no

âmbito das letras, conforme a concepção evolucionista da “Seleção das espécies” de Darwin.⁸

No romance *A Carne*, em que essas e outras matrizes científicas européias estão presentes, o autor busca romper com o pensamento religioso, em defesa de uma visão laica da sociedade que englobasse um conjunto de valores sociais. O casamento é um deles. Barbosa, homem divorciado de uma francesa, estava impedido de casar-se com Lenita, do que advém a indagação:

Que é o casamento atual senão uma instituição sociológica, evolutiva como tudo o que diz respeito aos seres vivos, sofrivelmente imoral e muitíssima ridícula? O casamento do futuro não há de ser este contrato draconiano, estúpido, que asenta na promessa solene daquilo exatamente que se não pode fazer. O homem (...) que ocupa o supremo degrau da escada biológica, é essencialmente versátil, mudável. (...) Amor eterno, só em poesias piegas. Casamento sem divórcio legal, regularizado, honroso, para ambas as partes, é caldeira de vapor sem válvulas de segurança, arreventa (RIBEIRO, 1972: 136-37).

Aventa-se, aqui, a idéia de que esses dois romances são partícipes de um movimento intelectual mais amplo de oposição ao modelo sociopolítico e intelectual do Império. No caso do romance histórico *Padre Belchior de Pontes*, é conveniente que a princípio essa obra deva ser inserida num ideário intelectual simbólico acerca de São Paulo, pois, na narrativa, Ribeiro elabora uma crítica à Companhia de Jesus em São Paulo e exalta a bravura dos paulistas. Com isso, toca num ponto nodal de oposição à Monarquia: o anticatolicismo. E ainda se pode dizer que vê a resistência dos paulistas aos jesuítas como precursora do movimento de independência. É possível afirmar ainda que, n’ *A Carne*, está em questão a tradição imperial em seus múltiplos sentidos, desde a tradição romântica – o cânon intelectual legitimador do Império – até o modelo da instituição familiar. Acredita-se que, como em seus textos publicados na imprensa⁹, é

⁸ A esse respeito, consultar: (VENTURA, 1991). Com base nas polêmicas encetadas por Sílvio Romero, o autor empreende uma análise dos letrados do final do século XIX e início do XX, associada à formação da crítica literária e do pensamento social brasileiros.

⁹ Júlio Ribeiro além de ter sido colaborador de diversos jornais da província de São Paulo, como o *Diário Mercantil*, *Correio Paulistano* e a *Gazeta de Campinas*, foi editor-chefe de *As Procellarias* (1887) e *O Rebate* (1888). Nesses dois jornais, o autor fazia a defesa dos princípios republicanos e posicionava-se dissidente da direção “evolucionista” e/ou “oportunista” do Partido Republicano Paulista (PRP). Dois anos antes da criação de *A Procellaria*, em 1885, ele travou uma polêmica com Alberto Sales – um dos chefes doutrinários do republicanismo no Brasil – com uma série de artigos denominada *Cartas Sertanejas*, em *O Diário Mercantil* de São Paulo. O revide veio do grupo ligado ao jornal *Província de São Paulo* que, na época constituía um dos principais veículos de propaganda político-ideológica do PRP. As intervenções e polêmicas de Ribeiro no cenário de discussão do republicanismo no Brasil

possível verificar nesses escritos uma auto-representação de Ribeiro, ou seja, a compreensão de sua inserção no mundo das letras enredada na interpretação simbólica que o autor fazia do Brasil, especialmente de São Paulo.

Entre as décadas de 1870 e 1890, momento da atuação de Ribeiro no universo letrado, uma série significativa de romances veio a público. Aluísio de Azevedo publicou *O mulato* (1881), *Casa de pensão* (1884) e *O Homem* (1887); em 1888, ano de publicação de *A Carne*, Horácio de Carvalho lançou o *Chromo: um estudo de temperamento* e Raul Pompéia, *O Ateneu*. À exceção desse último, obra multívoca que se situa na intersecção das diversas reivindicações de sua época¹⁰, os demais romances são filiados à Escola Naturalista pela historiografia literária (BOSI, 1972), segundo a qual a construção de personagens e enredos se rege pelos princípios das teorias evolucionistas. Sílvio Romero, pensador que participou de forma intensa do movimento intelectual do período, referiu-se à atividade literária da seguinte maneira: “(...) a lei que rege a literatura é a mesma que dirige a história em geral (...) O poeta e o literato devem da ciência ter as conclusões e os fins para não escreverem tolices (...) ou phantasmagorias moribundas” (ROMERO, 1882: 35). Para o crítico sergipano, representante do cientificismo emergente, não bastava a verossimilhança do romance alencariano; ele desejava a verdade dos fatos no intuito de uma avaliação científica da realidade nacional com vistas ao progresso.¹¹

Assim, os textos literários de Júlio Ribeiro, bem como diversos outros romances de fins do século XIX – acima mencionados –, podem ser avaliados não somente pelo valor literário intrínseco à construção da narrativa, mas por participarem de uma produção integrada a um movimento intelectual mais amplo de interpretação do Brasil, que contestava a matriz intelectual do Segundo Reinado (essa última, consubstanciada

foram analisadas no meu trabalho de doutorado. Cf. SILVEIRA,. Op. Cit.

¹⁰ Cf. Fábio Lucas, *O Ateneu* é uma obra que comporta: “(...) Desde a busca do rigor artesanal do parnasianismo, até as licenças temáticas do realismo-naturalismo. Apresenta igualmente o método monográfico do naturalismo e as evanescências e sonoridade embriagadoras do simbolismo. Sob outro ângulo, podemos surpreender no texto de *O Ateneu* desde a contenção e a secura da representação clássica, até as paixões desordenadas do espírito romântico”. (LUCAS, 1995: 17).

¹¹ De acordo com Richard Graham, no Brasil de fins do século XIX, era forte a crença na união entre ciência e progresso: “O progresso dependia da divulgação das observações científicas, e a inevitabilidade do progresso era defendida por fundamentados apelos à irresistível força da ciência”. (GRAHAN, 1973: 243).

no indianismo romântico e no bacharelismo liberal)¹². Nesse processo de transição, porém, da literatura romântica ao cientificismo, como formas de definição do País, há nuances; certos traços do romantismo ainda estão presentes nos romances naturalistas, como um certo fatalismo, transmutado em matriz biológica como tirania do organismo e do meio.

A questão mais ampla que, a princípio, norteará esta pesquisa será verificar a própria produção dos romances e os sentidos neles configurados como sinais simbólicos da crise do Regime Monárquico no Brasil. Pressupõe-se que as narrativas literárias de Júlio Ribeiro e de outros literatos da época contêm as marcas e, ao mesmo tempo, demarcam posições no debate político-intelectual da época. Essa questão mais ampla, no entanto, não implicará perder de vista as distinções e matizes tanto do fazer literário, do que cada escritor mobilizou em termos de capital social quanto à esfera da recepção dos romances. É por esse motivo que, na presente proposta de trabalho, buscar-se-á circunscrever a produção literária de Júlio Ribeiro – *Padre Belchior de Pontes* (1876) e *A Carne* (1888) –, num conjunto mais amplo da produção e recepção literárias do último quartel do século XIX. Acredita-se que esse caminho possibilitará uma análise mais eficaz da multiplicidade literária e, ao mesmo tempo, uma melhor demarcação da especificidade da obra ribeiriana.

Isto posto, considera-se que o exame da recepção da obra de Júlio Ribeiro pelos jornais, pela crítica literária e pelo “grande público” das últimas décadas do século XIX, é de fundamental importância para recompor o universo literário no qual o autor estava englobado. As práticas de leitura com respeito a *Padre Belchior de Pontes* e *A Carne*, poderão proporcionar indícios não só dos embates do escritor, mas também sobre como os seus textos foram apropriados pelas distintas instâncias de consagração da época. Portanto, no horizonte da pesquisa é preciso ter sempre presente a seguinte indagação: De que maneira os romances foram lidos pelas distintas esferas de leitores?

No decorrer da pesquisa preliminar para a elaboração deste projeto, notou-se que, no caso do romance *A Carne*, a recepção da crítica literária e do público leitor se deu de maneiras distintas. Em 1889, o crítico José Veríssimo escreveu que o romance era “o parto monstruoso de um cérebro artisticamente enfermo” (VERÍSSIMO, 1894:

¹² Sobre o Romantismo, ver: (RICUPERO, 2004). Nesse estudo, o autor privilegia o enfoque político no tratamento dos textos literários, visualizando-os como integrados ao modelo do direcionamento saquarema na política.

41). Esse ponto de vista foi compartilhada por outros críticos literários da época, como Sílvio Romero (1960). Apesar de todas as opiniões negativas expressas pela crítica literária, *A Carne* foi um sucesso de público, tornou-se um *best-seller* do século XIX: “Em São Paulo, (...) a Livraria Teixeira, (...) no século XIX lançou dois best-sellers: *Poesias* de Bilac e *A Carne* de Júlio Ribeiro”.¹³ Considera-se, portanto, que para o desenvolvimento deste trabalho a recepção constitui um campo essencial de estudo, o qual permite perceber que, na configuração das imagens dos romances, intervém uma rede de instâncias e relações frequentemente opostas e tensas, como é o caso dos significados apresentados ao consumo cultural da crítica e do público leitor de *A Carne*.

A essas duas instâncias, deve-se acrescentar outra esfera: a do escritor. Esse âmbito é fundamental para não ter em mente uma noção errônea, qual seja, a compreensão de um “projeto criador” não só quanto ao talento que um escritor possa ter, mas sobretudo quanto aos elementos subjetivos e objetivos de sua trajetória, os quais possibilitam rever as noções da arte e/ou da literatura separadas de seu contexto de produção e circulação de bens simbólicos (BOURDIEU, 1996b). Portanto, no exame dos romances de Ribeiro levar-se-á em conta a inserção social do autor no universo letrado do período, mesmo porque política e literatura eram socialmente indissociáveis. Além disso, estabelecer o diálogo entre a obra literária e a trajetória do autor¹⁴, consiste num mecanismo essencial para o problema formulado nesta proposta de pesquisa: a contestação simbólica das instituições, práticas e valores do *status quo* saquarema nos romances finiseculares, que não se esgota nas narrativas literárias propriamente ditas, mas se estende ao que elas mobilizam em termos de criação de imagens pelas várias instâncias de leituras.

Quanto à associação entre as obras literárias e seus autores, é importante esclarecer que não se dará pela noção determinista de que a obra reflete o temperamento

¹³ (BROCA, s/d: 141).

¹⁴ Trajetória é usada, neste projeto, no sentido dado por Pierre Bourdieu: “[...] A relação que se estabelece entre agentes singulares, e, portanto, seus hábitos, e a força do campo, relação que se objetiva em uma trajetória e em uma obra. Diferentemente das biografias comuns, a trajetória descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário [...] isto é, relacionalmente, que se define o sentido dessas posições, publicações em tal ou qual revista, ou por tal ou qual revista, ou por tal ou qual editor, participação em tal ou qual grupo etc.” (BOURDIEU, 1996a: 71). No entanto, no Brasil da segunda metade do século XIX, não havia um campo literário autônomo, pois literatura, imprensa e política eram indissociáveis. O termo “campo letrado” parece expressar melhor a realidade de produção daquele momento e as práticas sociopolíticas e culturais nele vigentes.

de seu autor, mas sim privilegiando a compreensão do mundo social onde se produziram os romances de Júlio Ribeiro. Pois é na inserção desse autor no debate de contestação do regime político e na mobilização de outros discursos que o intervalo entre vida e obra é suprimido. Ainda que não de forma direta e/ou deliberada, existe uma auto-representação nos textos deste escritor que indica o lugar social de onde ele lançava suas intervenções e a partir do qual é possível verificar a posição social ocupada por esse escritor no universo letrado do Segundo Reinado.¹⁵

Por conseguinte, na leitura dos romances aqui indicados, será de fundamental importância inseri-los na discussão de um movimento intelectual mais amplo, não só referido a geração de 1870 brasileira, mas também ao repertório da política científica portuguesa,¹⁶ que foi o molde de leitura dessa geração na crítica às bases da sociedade e política imperiais. Igualmente, é relevante examinar como a assimilação da política científica intermediou a discussão sobre o anticlericalismo, o anti-indianismo romântico e o antiliberalismo imperial entre os letrados brasileiros. Esses temas comparecem nas narrativas literárias de Júlio Ribeiro e eram também os mesmos que compunham a agenda parlamentar.

Os decadentistas portugueses, como eram conhecidos Antero de Quental, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, entre outros – que integravam a chamada geração de 1870 portuguesa – discutiam o estágio cultural no qual se encontrava Portugal e lançaram a idéia de decadência do Império português (LOURENÇO, 1999). A tese de decadência de Portugal por eles sustentada ecoou na interpretação que os grupos reformistas realizaram do Brasil, ajudando-os a “diagnosticar” o estágio de civilização e progresso no qual se encontrava o País. Nesta discussão, como assinala Alonso, “a releitura do processo colonização encaminhou uma reinterpretação dos processos de formação do Estado e da Nação brasileiras e das estruturas socioeconômicas e hierarquias herdadas.”(ALONSO, 2002: 240). De maneira geral, resguardadas as peculiaridades de leituras dos grupos políticos, a geração de 1870 brasileira identificava os males do Brasil no processo de colonização. No caso dos

¹⁵ Foucault chama a atenção para uma escrita de si, não no sentido de gênero literário, mas como figura de compreensão presente em algum grau em todos os textos. A esse respeito, ver: FOUCAULT, Michel, op. cit.

¹⁶ Segundo Alonso, “a política científica designa a simplificação e conversão das principais descobertas da sociologia nascente em argumentos e princípios de orientação política”. (ALONSO, 2002: 238).

republicanos (que mais nos interessam nesse trabalho, já que os autores dos romances que serão objeto de análise professavam o republicanismo), a Monarquia era considerada o cerne negativo da herança colonial. Tal era a linha interpretativa geral dos republicanos; não obstante, acredita-se que a análise dos romances, conjugada à da atuação dos escritores, constituirá um importante caminho para que se observem as seleções, distinções e nuances na leitura empreendida por Júlio Ribeiro e pelos demais romancistas aqui elencados.

Embora as obras dos intelectuais que formavam a geração de 1870 portuguesa tenham repercutido entre grupos reformistas da segunda metade do século XIX, para o presente trabalho interessa, especialmente, Eça de Queirós (1845-1900). Esse autor, segundo Eduardo Lourenço, remodelou o imaginário português:

Nos seus romances, O crime do padre Amaro, O primo Basílio, A capital, Os Maias, não se trata tanto de retratar, com minúcia e distanciamento, à maneira de Flaubert, seu mestre, os diversos tipos de hipocrisia de uma sociedade, no fundo, pacata, sofrendo passiva ou alegremente a sua miséria, a sua injustiça, a sua resignada condição de mundo sem horizontes, submissa à tutela da Igreja e ao arbítrio de um Poder distante, como de reconduzir essa hipocrisia de superfície a uma única fonte, ainda sem lugar na ficção nacional, a do contido e incontível Desejo. (LOURENÇO, 1999: 123)

Se não remodelou o imaginário brasileiro, pode-se afirmar que a obra de Eça de Queirós teve uma repercussão importante nas imprensas carioca e paulistana, especialmente o seu romance *O primo Basílio*, publicado no Brasil em 1878 – mesmo ano de sua publicação em Portugal. A crítica referente ao mencionado romance chegou ao Brasil antes do livro homônimo, num artigo de Ramalho Ortigão publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, em 25 de março de 1878. Travou-se, então, uma intensa polêmica sobre o Realismo-Naturalismo de *O primo Basílio*, encetada por Machado de Assis, que trouxe outras figuras do mundo letrado para o debate (NASCIMENTO, 2008). Dessa polêmica, são relevantes as leituras e posições emitidas sobre o romance eçaniano com vistas a compor as perspectivas literárias vigentes na cultura brasileira da época e que não deixaram de estar presentes nas leituras que foram feitas dos romances de Júlio Ribeiro.

Tendo em vista que os romances são as fontes principais desta investigação, é necessário explicitar a concepção de literatura a ela subjacente. Em primeiro lugar, a literatura não é vista aqui como reflexo da realidade ou matéria de gênios e sujeitos

universais, – conforme já se procura indicar na maneira pela qual se desenvolve este texto – mas como representação que encerra uma prática social capaz de intervir no seu tempo. Neste sentido, as noções de *representação*, *prática* e *apropriação* desenvolvidas por Roger Chartier fundamentarão a leitura das referidas narrativas literárias. Para o historiador francês, a noção de representação:

(...) permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer conhecer uma identidade social, exibir uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 1990: 23).

Seguindo essa linha de pensamento de Chartier, os romances serão tomados como representações do universo social da segunda metade do século XIX, sem deixar de levar em conta, que neles estão impressas as marcas dos conflitos sociais, ou seja, de concepções distintas entre grupos políticos que estiveram em cena na crise do Brasil imperial. As narrativas de Júlio Ribeiro não podem ser examinadas sem levar em consideração que a contestação simbólica do regime imperial e de seus valores também era uma forma de o escritor marcar uma posição, impor outros valores e identidades sociais diversas das do modelo imperial, em que se sentia marginalizado social e politicamente.

O objetivo, em suma, é que o estudo aqui proposto possibilite um olhar mais amplo sobre o significado das obras literárias no final do século XIX, pois o diálogo entre os romances, o repertório científico estrangeiro e a crise do Império darão subsídios para traçar a configuração de um movimento de contestação à ordem imperial, que não se restringia aos textos de natureza política – aliás, esse é um dos argumentos a serem defendidos na pesquisa –, mas englobava também os textos literários, porém de maneira menos evidente. A preocupação em analisar os romances sob uma ótica mais ampla, como produções que integram e dialogam com os códigos socioculturais de sua época, não implicará em desfocar os elementos intrínsecos do texto literário, tampouco vê-los como documentos sociológicos.¹⁷

¹⁷ Nesse aspecto, adotarei a postura “relacional” de Pierre Bourdieu na análise das obras culturais. A esse respeito, ver (BOURDIEU, 1996b).

Fontes

RIBEIRO, J. *Padre Belchior de Pontes*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Monteiro Lobato, 1925.

_____. *A Carne*. 21. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1949.

Referências Bibliográficas

ALONSO, A. *Idéias em movimento: a geração de 1870 e a crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 3 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996a.

_____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

BROCA, B. *A vida literária no Brasil – 1900*. [S.l: s.n], s.d. Ministério da Educação e Cultura – serviço de documentação.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

DORNAS FILHO, J. *Júlio Ribeiro*. Belo Horizonte: Cultura Brasileira, 1945.

FOUCAULT, M. *O que um autor?* 4.^a ed. Lisboa: Veja: Passagens, 2000.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1973.

IRMÃO, J. A. *Júlio Ribeiro: discurso de posse do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Sorocaba, [s.n, s.d].

LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade: seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

LUCAS, F. “As várias faces de Raul Pompéia e o Ateneu”. In: BOAVENTURA, M.E & LEVIN, O. M. (orgs). *Remate de males*, 15, Unicamp, 1995.

MARTINS, W. *História da inteligência brasileira*. v. IV, São Paulo: Cultrix, 1978.

MIGUEL-PEREIRA, L. *História da literatura Brasileira: de 1870 a 1920*. 3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

NASCIMENTO, J. L. *O Primo Basílio na imprensa brasileira do século XIX: estética e história*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

PROENÇA, M. Cavalcanti. “Introdução e notas”

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

- ROMERO, S. *História da literatura Brasileira*. 6 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, v. V, 1960.
- _____. *O naturalismo em literatura*. São Paulo, Edição da Lucta, 1882.
- SILVEIRA, C. R. *Erudição e ciência: as procelas de Júlio Ribeiro (1845-1890)*. São Paulo: UNESP, 2008.
- VERÍSSIMO, J. O romance naturalista no Brasil. *Estudos Brasileiros*, 2.^a série, Rio de Janeiro: Laemmert & Cia, 1894.
- _____. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira, 1601 a Machado de Assis, 1908*. 4. ed. Brasília: editora da UNB, 1963.
- VENTURA, R. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.